

# FUNDAÇÃO DO ENSINO MÉDICO NO BRASIL

José Correia Picanço (1)

---

As estudarmos a personalidade do criador do ensino médico no Brasil, procuraremos fazer, em rápida síntese, o histórico do desenvolvimento da medicina nacional, desde a criação do Governo Geral até o dia em que o Príncipe Regente cria, na cidade do Salvador, o primeiro instituto de ensino médico.

No cenário da nossa medicina colonial, indivíduos houve que, não sendo médicos, premidos pelas circunstâncias, aqui tiveram que praticar a arte de curar e o fizeram com nobreza, elevação e consciência, às vèzes superior aos doutores diplomados. Referimo-nos aos beneméritos padres e frades das diversas Ordens religiosas que, no litoral e pelos vastos sertões da Pátria foram os médicos do corpo e do espírito, prestando assistência aos nossos primeiros colonos e aos indígenas, cuja medicina genialmente assimilaram, aproveitando-a no que tinha de racional e útil.

Quando a armada que trazia para o Brasil Tomé de Souza, o primeiro governador da Colônia — êsse que foi administrador correto e honesto, político sagaz, chefe austero que vinha plasmar o centro político e administrativo de uma pátria — chegou à Bahia a 29 de março de 1549, trazia a bordo de suas naus, além de tóda a máquina burocrática a ser montada na futura cidade do Salvador, célula inicial da nação, tóda a sorte de técnicos, quatrocentos degredados e alguns padres jesuítas, com os quais se iniciou a história da medicina no Brasil.

E chegou também, nessa ocasião, ao nosso país, o primeiro boticário estipendiado pela metrópole, a fim de exercer o seu officio na cidade a ser fundada. O boticário chamava-se *Diogo de Castro*, e recebia, de acôrdo com o alvará de 15 de janeiro de 1549, que o nomeara, a quantia de quinze mil réis de ordenado, “pago pela tesouraria das rendas do Brasil”.

Este homem, cristão novo, ao que parece não se interessou muito pela sua arte. Como todos os mediócras, exerceu a sua profissão silenciosa e burocráticamente. Limitou-se ao preparo das drogas trazidas do reino. A riqueza de nossas florestas em plan-

---

(1). — Trabalho apresentado ao 1.º Congresso de História da Bahia, realizado na cidade do Salvador, de 19 a 29 de março de 1949.

tas medicamentosas não excitou a curiosidade do israelita. Nada estudou, nada observou, nada publicou, e acêrca da sua passagem pelo Brasil são mudos os documentos até agora conhecidos.

*Jorge de Valadares* foi o físico nomeado para o Brasil. Veio êle provavelmente na armada de Tomé de Souza, segundo *Rodolfo Garcia*, às paginas XXIII, XXIV — Vol. XXXVII dos Doc. Históricos (2).

A grande tarefa de tratar dos enfermos caberia aos padres da Companhia de Jesús. Tratar dos enfermos, estudar suas doenças, observar, seleccionar e aplicar as nossas plantas medicinais, estancar as hemorragias, suturar feridas de guerra, lançar as bases da nossa primeira assistência hospitalar, seria a tarefa a que se entregariam os filhos de Santo Inácio de Loyola, logo seguidos, com igual abnegação, pelos beneditinos, franciscanos, carmelitas e outras comunidades religiosas, que, pelo tempo afora, iriam, ao norte, no centro e no sul da Colônia escrever a página mais admirável da caridade cristã.

Houve, porém, uma instituição mais de caráter civil do que religioso, idealizada em Florença, mas transformada em uma prática eminentemente portuguesa, pela santa rainha *D. Leonor* e por *Frei Miguel Contreiras* que, desde os primórdios da Colônia, seria, podemos afirmar, a base de tôda nossa assistência médico-social: as *Santas Casas da Misericórdia*.

Fundar-se-iam, é certo, no decorrer dos tempos, outros hospitais, ditos militares, e enfermarias chamadas regimentais; porém, a base, o cerne da assistência médica foram os hospitais das diversas ordens religiosas e as velhas santas casas que, até hoje, em muitas cidades perdidas pela vastidão do Brasil, constituem, a atestar a sua benemerência, o único nosocômio local, a atender os enfermos pobres, sob a ação de médicos dedicados que, fugindo à regra numa época de materialismo desenfreado, ainda tratam os doentes de graça.

Essas enfermarias e santas casas foram os primeiros núcleos onde vamos encontrar o esboço de um ensino cirúrgico rudimentar em nossa pátria. Dêles saíram os nossos primeiros enfermeiros, os nossos barbeiros, e primeiros cirurgiões práticos. Neles aprendeu os primeiros rudimentos da arte de curar o fundador do nosso ensino médico.

Fundada a cidade do Salvador, montado o aparelho administrativo, trazido do Reino, logo iniciam os jesuítas, ao lado da catuquese, o exercício da medicina, seguindo as tradições da Ordem, isto é, tratar e alojar bem os enfermos, pois já o aconselhara o Santo fundador: "Se para acudir à Igreja e à enfermaria não chegarem os recursos da casa, vendam-se embora os cálices e custó-

(2). — Trecho retificado do trabalho original.

dias, para que não faltemos aos doentes com carinho, verdadeiramente paternal.”

Ao lado do mister de tratar dos enfermos, estes homens abnegados foram os primeiros mestres a ensinar aos brasilíndios ariscos as primeiras letras, iniciando desta forma, forcemos o termo, a instrução pública nacional. Sob este ponto de vista o Brasil é, inegavelmente, um filho espiritual da Companhia de Jesús.

*Manoel da Nóbrega* foi o chefe deste primeiro punhado de homens aqui chegados no dia 29 de março de 1549. Foi o primeiro político, economista e diplomata a pisar terras nacionais, como seria, também, o primeiro a enviar para a Europa, com indicações precisas, nossas plantas curativas, a fim de servirem aos enfermos de Coimbra. E escrevia êle: “Estas conservas para os enfermos são os ananazes, para dor de pedra, os quais, posto que não tenham tanta virtude como verdes, todavia fazem proveito.” Aconselha logo os irmãos que por acaso sofram de cálculos que “venham para cá, como se tem por experiência”. E o grande jesuíta, assim escrevendo e anunciando os grandes benefícios terapêuticos da planta nacional, não o fazia de oitiva, mas por experiência, isto é, após verificação em enfermos atacados pelo “mal das pedras”.

O antigo estudante de Coimbra, gago, doente, portador de velha tuberculose a minar-lhe o organismo e a exaurir-lhe as forças em hemoptisis e febres, assim mesmo vai dando cumprimento à sua missão. A fé inabalável que tem na grandeza da obra que realiza, dá-lhe novas energias. Os trabalhos, as cansaças, os desgostos, e as ingratidões que sofre, são o tônico que reanima aquêlo corpo doente; a liberdade dos seus índios, a catequese, o tornam insensível à maledicência humana.

Apesar de suas “manqueiras” vai a tôda parte onde a sua presença é necessária. Trata dos enfermos, confessa, aconselha, celebra sempre o santo sacrificio da Missa, supervisiona a economia da Companhia, funda colégios e enfermarias, ao mesmo tempo que mantém, com rigor, a ordem e a disciplina na Sociedade. Foi um apóstolo, na mais larga extensão do termo.

Poucos anos depois viria outro a fazer-lhe companhia. Chamava-se *José de Anchieta*.

*Nóbrega* tinha alma de chefe; este outro, tinha-na de um santo.

Aqui desembarca no verdor dos seus vinte anos. Sofrendo da espinha (mal de Pott incipiente?), débil e de compleição fraca, este homem em contacto com os ares da terra que eram “bons e delicados e mui sadios, aonde os homens vivem muito”, adquire uma energia que não conhece limites. Durante quarenta e quatro anos, superando doenças, vencendo distâncias, catequizando, lecionando, escrevendo livros e cartas, tratando de enfermos, consolando doentes e aflitos, o santo canarino escreve, no silêncio das flo-

restas brasileiras, a maior epopéia da Companhia de Jesús: a conquista espiritual do Brasil.

Foi êle não só o nosso primeiro mestre, como também o primeiro a escrever, em língua tupi, o primeiro livro para o ensinamento dos naturais da terra. E *Afrânio Peixoto* tem razão de afirmar, que foi o iniciador da literatura nacional.

Patologista, descreve êle as doenças da terra; terapeuta, conhece e estuda as virtudes curativas de diversas plantas; cirurgião, cura feridas de guerra, abre fleimões. Êle próprio, como a resumir as suas atividades de médico, escreve de São Vicente, em 1554, aos irmãos enfermos de Coimbra: "Neste tempo em que estive em Piratininga, servi de médico e barbeiro, curando e sangrando a muitos daqueles índios dos quais viveram alguns em que não se esperava vida, por serem muitos daquelas enfermidades (priorizes)."

E o padre, que viera de Portugal, doente, portador de defeito físico a lhe deformar a coluna vertebral, sente-se como que curado de todos os seus males. A minha disposição, escreve êle, "cada dia se renova, de maneira que nenhuma diferença há de mim a um são, ainda que algumas vêzes não deixe de ter reliquias das enfermidades passadas, porém não faço mais conta delas que se não fôsem." Na verdade, se os ares da terra não lhe curariam totalmente o mal crônico de que sofria, pelo menos a fé inabalável em Deus e na missão que lhe fôra confiada, de propagar aos gentios a santa religião, fazia com que fôsse vencendo a moléstia, que o não largava.

Possuidor de algum conhecimento médico, *Anchieta* foi um clínico sagaz e um cirurgião de recursos. Descreve êle, em cartas, na linguagem simples da época, as doenças que ia curando e os seus principais sintomas. Assim, observador vigilante que era, não lhe escapou, por exemplo, o fato de que os individuos que, pela primeira vez eram mordidos por cobras, caso o fôsem novamente, não só não corriam risco de vida, como até sentiam menos dores: isto é, ficavam imunizados. E estas observações se faziam em 1560!

*Anchieta* foi, na frase lapidar com que *Lopes Rodrigues* sintetiza algumas das suas atividades em nossa pátria, o *Galeno* jesuítico do Brasil.

Todos os jesuítas que palmilharam o nosso território, no século XVI, com maior ou menor intensidade, exerceram e praticaram a arte de curar.

Por ocasião das epidemias devastadoras, que, por vêzes, assolaram a Colônia, é nas enfermarias dos colégios, ou em visitas aos pestosos, que os jesuítas superavam a si mesmos. As suas cartas são documentos insofismáveis a lhes demonstrarem a atividade onímoda. Um deles, *Leonardo do Vale*, foi o Tucídides americano, na emoção com que descreve a peste, traçando, com a mão de mestre, o quadro patético da epidemia de varíola, que devastou o

Brasil em 1563, causando tal mortandade “que havia casas que tinha 120 doentes, a uns faltando já os pais, a outros, filhos: . . .”

Em quase tôdas as capitanias, principalmente na Bahia, ao lado do colégio, onde se fizeram padres, advogados e licenciados, havia enfermarias e boticas magnificamente supridas, onde a população encontrava as suas tisanas curativas, e onde, naturalmente, se fabricou, posteriormente, a célebre teriaga, que tanta dor de cabeça deu ao encarregado do seqüestro dos bens dos padres, quando da expulsão dêles do Brasil.

Estamos convencidos de que sob a direção de enfermeiros hábeis, ministraram-se a irmãos destinados à catequese, rudimentos da arte de curar.

No decorrer do século XVI, afora mestre JOHANES, mais astrônomo que médico, chegaram às terras que Portugal descobrira, os primeiros delegados do físico e cirurgião mór, que foram *Jorge de Valadares*, no governo de *Tomé de Souza* e *Jorge Fernandes*, êsse nomeado por ato de D. João III, datado de 20 de abril de 1553, desembarcando no Brasil com seu segundo governador *Duarte da Costa*. A 5 de fevereiro aportaria a Salvador o terceiro governador *Mem de Sá* e com êle vinha *Afonso Mendes*, trazendo o título de “cirurgião das partes do Brasil”, mas acumulando com as funções dêste cargo, as de encarregado da botica, devendo então perceber, como cirurgião, dezoito mil réis, e pelo encargo da botica, seis mil réis. As nomeações se sucedem, mas a de *Jorge Fernandes* e a de *Jorge de Valadares* assinalam, comenta *Lopes Rodrigues*, o grande advento da medicina na metrópole da Colônia, e isto logo depois de descoberto o Brasil.

Manteve-se, durante muitos anos, o costume de nomear para Colônia, delegados da fisicatura mór, geralmente cristãos novos e homens de poucas luzes e saber no tocante à sua profissão, e que ao entrarem em contato com o meio, ou passavam a negociantes ou se deixavam envolver na política local, como aconteceu a *Jorge Fernandes*, que tomou parte ativa nas lutas entre o governador *Duarte da Costa* e o bispo. Inauguravam assim os médicos do século XVI, nos primórdios da primeira metrópole do Brasil, o hábito infelizmente ainda bem generalizado, principalmente no interior do país, de se intrometerem os médicos na vida política, conúbio de profissões prejudicial à arte de curar e à clientela.

Durante o século XVI a metrópole manteve, pois, no Brasil, um delegado das autoridades médicas superiores do Reino. Infelizmente, porém, por medida econômica, suprimiu-se, no governo de *Lourenço da Veiga*, o cargo de físico da cidade do Salvador, medida essa que seria compensada, supõe *J. F. de Almeida Prado*, pelo fato “de possuírem os padres melhores conhecimentos da medicina do que vulgares matazanos, e farta botica de medicamentos sempre à disposição do povo.”

O raciocínio, à primeira vista, parece exato. O saber médico do jesuíta era superior, em certo ponto, a dos físicos reinóis, para que os substituisse. O que porém, causa estranheza, ao observador moderno, é a facilidade em suprimir um cargo, cujo ocupante era a única autoridade a fiscalizar o exercício da medicina, coibindo abusos e orientando as autoridades locais em matéria de higiene pública e que, embora tivesse pouco preparo profissional, por mínimo que fôsse, sempre seria eficiente pela simples ação de presença e prestígio do cargo para que prestasse bons serviços à população. Mas enquanto a supressão do cargo de físico mor representava medida de economia, a nação portuguesa gastava somas incalculáveis em armamentos e pagamento de exércitos, com que se precipitava no suicídio de Alcácer Quibir, cujas conseqüências iríamos sentir bem de perto.

Ora, já no fim do século XVI, “em conseqüência da incúria em que continuou o governo pelas coisas de cultura no Brasil”, *Domingos Jorge*, cirurgião barbeiro, tomou a iniciativa de divulgar os conhecimentos de cirurgia, e dizem as crônicas que êle reuniu em sua residência, no Recôncavo da Bahia, dando-lhes cama e mesa, os cirurgiões que formou.

No início do século XVII a Bahia sofre a primeira investida holandesa. Eram as nações européias a guerrear pelo açúcar. Na Bahia não tomaria pé o batavo. O bispo, numa hora de fraqueza das autoridades, salvaça a dignidade da terra.

Mas Pernambuco, o maior empório açucareiro da época, atacado por forças muito superiores às que chegaram à Bahia, caiu, apesar da resistência heroica, em mãos dos negociantes dos Países-Baixos, que aí permaneceriam até a capitulação da Taborda, em 1654.

Durante o período holandês, a medicina em Pernambuco, com raras exceções, nada apresentou de notável. A higiene pública foi de fato melhorada, com a execução de medidas higiênicas bem do caráter holandês: limpeza das ruas, das casas, dos cemitérios. Em compensação, o impaludismo dizimou muita gente, e o escorbuto, as câmaras de sangue, ceifaram muita vida. E “para satisfazer a flamengos menos chegados ao exotismo veio da Holanda um número considerável de prostitutas”, e, com isto, recrudesceram a sífilis, a blenorragia e outros males venéreos.

Fundaram-se dois hospitais, um no Recife e outro em Mauricéia, sendo que êste último, escreve *Gonçalo de Melo Neto*, se incorporou, posteriormente, ao do Recife, por medida econômica.

O tratamento dos doentes era o clássico, isto é, sangrias, purgantes e clisteres, indicados por médicos, cirurgiões e barbeiros, sendo digno de nota a afirmação feita por alguns historiadores, de que *Piso*, um dos mais notáveis médicos que passaram pelo Brasil em todo período colonial, praticou, no hospital de Recife, algumas autópsias. Podemos, porém, afirmar que a média geral dos mé-

dicos que durante o domínio holandês estiveram em Pernambuco, era de capacidade profissional igual ou inferior à dos médicos portugueses.

*Guilherme Piso*, médico particular do Príncipe Maurício de Nassau, foi, no seu tempo, figura dominante na medicina. E' autor da História Natural do Brasil, na parte referente à medicina brasileira.

O livro de *Guilherme Piso* é fruto de acurada observação sobre a nosologia pernambucana e sobre a portentosa flora medicamentosa da região; é um repositório de estudos clínicos, mais completos e notáveis realizados no Brasil, daquela época, e de estudos de história natural, feitos em colaboração com *Jorge Marckgraeff*.

Reconhecemos o valor do livro monumental do sábio holandês e o papel por êle desempenhado na nossa historiografia médica. Não podemos, porém, deixar de condenar o entusiasmo dos endeusadores do domínio batavo, que, para exaltar a obra de Piso, obscurecem e chegam mesmo a negar aos portugueses qualquer interesse pela patologia médica e pela natureza brasileira. E' certo que nenhum dos letrados portugueses que estiveram no Brasil, tinha, em se tratando de conhecimentos científicos, o valor e a cultura do arquiatra nassoviano, pois, na sua maioria, alguns eram meros religiosos, alguns nem mesmo possuíam graus acadêmicos, mas chegando a fazer o que fizeram, nisso é que reside, por certo, o valor da obra por êles realizada. Negá-la é ingratidão e injustiça.

Aí estão as cartas jesuíticas, a demonstrarem muito. E não podemos esquecer o *Tratado Descritivo do Brasil*, escrito em 1587, pelo senhor de engenho do Recôncavo Bahiano, *Gabriel Soares de Souza*, observador de gênio, e que, lembra *Artur Neiva*, fêz obra de extraordinário valor, sendo o primeiro a registrar e a observar o que a ciência só muito mais tarde confirmou. O autodidata bahiano foi o precursor, no terreno médico, da parasitologia brasileira, e quase um século antes do médico holandês êle é o primeiro a descrever, em linguagem que seria científica para a época, "o mal do bicho", com seus sintomas e sua terapêutica, chegando também a analisar e observar diversos males endêmicos, principalmente a "boubá", que distingue, magistralmente da sífilis, a qual chama "males dos portugueses".

Porém, o mais notável, observa *Rocha Brito*, é que *Gabriel Soares de Souza* descobriu o veículo do "pertenue", alguns séculos antes de *Loew* demonstrar, em 1866, ser um díptero, do gênero *hippaelatis*, o disseminador da "boubá" ou "pian".

O seu conhecimento das nossas plantas curativas é completo. Dir-se-ia que fôsse lido em *Dioscórides*, *Garcia da Orta*, *Monardes* etc. Foi naturalista, botânico, farmacologista; patologista, parasitologista e observador genial. A sua obra, analisada mesmo à

luz da mais rigorosa crítica científica, não fica abaixo do livro do sábio neerlandês, embora *Gabriel Soares* não fôsse médico nem tivesse perlrustado as universidades européias.

E como êsse senhor de engenho do Recôncavo Bahiano, quase todos os portuguezes cultos que vieram ao Brasil, estudaram, observaram e depois escreveram algo sôbre a nosologia e outros assuntos médicos que interessavam o Brasil.

Assim o fizeram, em livros de perene e indiscutível valor, *Gandavo*, *Fernão Cardim*, *Francisco Soares*, o *jesuíta*, autor de "Alguas coisas mais notáveis do Brasil", obra na qual, em sua segunda parte, descreve "ervas de que *Dioscórides* não teve conhecimento nem fêz menção alguma" e que constitui, talvez, a nossa primeira farmacopéia. Acrescente-se a êsses *Frei Cristovão Lisboa*, autor do livro sôbre "A história dos animais e árvores do Maranhão", obra luminosamente apreciada por *Artur C. F. Reis* e *Luis de Pina*, mas ainda inédita. Ainda lembramos *Ambrósio Brandão*, indigitado autor dos "Diálogos das Grandezas do Brasil," homem de enciclopédico saber e cujos conhecimentos de medicina, revelados no diálogo segundo, levantam a hipótese de ser médico o autor dêsse livro. *Antonil* deve ser citado e tantos outros que aí estão para atestar que não foram indiferenes às nossas cousas os portuguezes que estiveram no Brasil, residindo muitos aqui na época colonial. Não tivemos, é certo, um *Garcia da Orta*; mas os que palmilharam a nossa terra, souberam perscrutar e estudar a nossa natureza, observar e descrever a nosologia da Colônia, e aplicar, selecionando e experimentando, as nossas plantas curativas.

Talvez a descoberta de novos documentos venha aumentar a lista dos naturalistas que dedicaram estudos ao Brasil, e cujas obras permanecem desconhecidas.

Em 1685 a Colônia foi invadida por uma epidemia, que tudo leva a crer tratar-se de febre amarela, então denominada "bicha", e que causou terrível mortandade.

*Rocha Pita* nô-la descreve em seus pormenores, não se esquecendo de exaltar o papel que nessa ocasião desempenhou D. FRANCISCA DE SANDES, que, além de tratar e curar enfermos, "abriu em sua própria casa um hospital, mandando ir a êle os doentes que não cabiam na Misericórdia". Foi esta bahiana ilustre a primeira enfermeira do Brasil, no justo e acertado dizer de AFONSO COSTA.

O autor da "História da América Portuguesa", ao narrar o triste acontecimento, demonstra certo poder de observação no que diz respeito à medicina, assinalando que "foi matéria digna de reflexão que dêste contágio não enfermaram negros, mulatcs, índios, nem mesclados, assim na Bahia como em Pernambuco", acrescentando, meio surpreendido que "poderia neles haver qualidades secretas, se não foi decreto superior."

A epidemia fôc alastrando-se, tremenda, “não aproveitando pela sua oculta causa os remédios que lhe applicavam os médicos. De-la morreram três ou tantos cirurgiões, todos insignes nas suas faculdades, mostrando que se não acertavam a cura dos enfermos, também erravam a sua. Já havia poucos que pudessem assistir aos doentes, porque tímidos ou desenganados de não poderem conhecer os achaques, se retiravam e as pessoas a quem não podiam faltar, curavam por fora dos trópicos do hemisfério da medicina.”

No trecho acima, mesmo descontando a tendência do historiador, para o exagêro, vemos que, naquele ano, residiam numerosos médicos na Bahia, “todos insignes nas suas faculdades, mas que impotentes em debelar o mal, apelaram para forças superiores”.

Há, na obra do historiador bahiano, passagem a chamar a atenção e sabemos então, pelo que êle conta, de um *Ventura da Cruz Arrais*, natural da Bahia e médico illustre, que exerceu a profissão na cidade do Salvador. A epidemia que, naquele tempo grassou no Brasil, deu ensejo ao primeiro livro de literatura médica nacional, sôbre a febre amarela, da autoria de *Ferreira da Rosa*, que praticou a medicina em Recife. Êle era natural do Reino e publicou o seu trabalho intitulado “Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco”, em Lisboa, em 1694. Sôbre o mesmo assunto, assevera *Ricardo Jorge*, há um opúsculo raríssimo, da autoria de *Miguel Dias*, e com o título de “Notícia do que he o achaque do bicho”, apparecido em 1707 e que “fornece dados precisos sôbre a pestilência de Pernambuco”. Ora, naquele tempo, também clinicava, em Recife, *Simão Pinheiro Mourão*, que escreveu “Queixa contra os abusos médicos que no Brasil se observam” e um “Tratado das bexigas”, publicados em Lisboa.

No decorrer do século XVII, a nossa situação, no que se refere à assistência médico-hospitalar, não progredia, continuando ao encargo das Misericórdias, e enfermarias conventuais.

O Brasil, escreve um historiador, não possuia instituição hospitalar official, pelo que os soldados que adoecessem se recolhiam às casas das pessoas obrigadas a, por conta própria, cuidar dêsses enfermos até o completo restabelecimento. Só no limiar do século seguinte é que o govêrno da metrópole, tendo em vista o mau procedimento da soldadesca, resolveu remeter os doentes para a Santa Casa. Ali eram as praças tratadas pelos cirurgiões mores dos corpos, pagando o govêrno, a título de gratificação, a quantia de duzentos mil réis à irmandade da Misericórdia.

Os esculápios, que se abalanzavam a vir para o Brasil, não eram muitos, e a Colônia, que se ampliava com as bandeiras e a conquista da Amazônia, estava a exigir profissionais capazes e que se enfrasassem na patologia regional.

Não era sem razão, lembra pois *Pedro Calmon*, que os moradores da Bahia escreviã para o Reino, insistentes, pedindo-lhes enviassem médicos, que faziam grande falta. O apêlo foi atendido

em 1634, pois que, entre manifestações de júbilo, chegou a Salvador *Francisco Vaz Cabral*, doutor e delegado do físico mor.

Em São Paulo, em 1638, só havia um médico-cirurgião aprovado; chamava-se êle *Paulo Rodrigues Brandão*.

No Maranhão, di-lo *Oscar Freire*, era tal a escassês de médicos, que em 1639 o povo impediu o embarque do cirurgião *Manoel Dias*, "porque ficariam ameaçados de perecer totalmente em sua ausência." De tôda a parte iam apelos para a metrópole, fazendo sentir a necessidade de médicos e cirurgiões.

Assim, até o final do século. A Colônia, cada vez mais rica e populosa, vivia à míngua de médicos diplomados, e estava desprovida de centros de estudo, onde os naturais da terra pudessem adquirir rudimentos de medicina. O desespero trazido pelos diversos surtos epidêmicos, a dizimarem gente da cidade e braços da lavoura, aumentava com a proliferação de charlatães e curandeiros, praga terrível, pior que a pouca ciência dos médicos, e dizia certo cronista que um doutor, mesmo ignorante, deve saber mais do que os benzedores e curandeiros. Entretanto, havia quem, como certo clérigo paraense, preferisse a medicina tapuia às drogas ministradas por doutores vindos de Lisboa.

A metrópole, porém, não tinha grande culpa do que se passava na América.

Em Portugal a situação não era das melhores. Passada a crise dinástica e cessadas as lutas pela restauração da pátria, a nação exausta se debate em tremenda crise político-econômica. A ocasião não era propícia aos progressos do espírito. No Reino também havia poucos médicos de cultura e os poucos de valor não iriam deixar as cátedras universitárias e a rendosa clínica de Lisboa ou Pôrto, para aventurarem a vida no Brasil. Por sua vez não eram de seduzir os pequenos vencimentos atribuídos ao físico e ao cirurgião oficial do Brasil.

No século XVIII, apesar da revolução econômica causada pelo ouro das Minas Gerais, a situação pouco melhorou, entretanto, não se deixa de notar que os próprios brasileiros, nesta época, começaram a se diplomar na Universidade de Coimbra, na de Montpellier, ou na de Edimburgo: mas deixavam-se ficar no Reino, atraídos pelos grandes centros. Tinha isto as suas causas: as grandes riquezas do Brasil não se acumulavam nas cidades; os ricos nelas passavam apenas os dias de festa; não havia pois uma população urbana de capacidade econômica elevada, capaz de pagar honorários compensadores. Por sua vez os brasileiros que se sentiam atraídos pela profissão médica, não eram descendentes da aristocracia rural, dos Cavalcanti, dos Albuquerque, dos Ávila Pires; mas, filhos da pequena burguesia, e forçados a abraçar uma profissão pouco rendosa; ao serem diplomados em Coimbra se deixavam ficar, quando podiam, no Reino, onde a medicina lhes proporcionava bons cargos e clínica rendosa. Assim é que muitos fi-

caram em Portugal e tiveram de regressar ao Brasil, quando se proclamou a independência, ficando êles incompatibilizados com os portugueses.

A assistência hospitalar iniciada com os jesuítas e com a Misericórdia da cidade de Santos, fundada em 1543, para que estabelecimento similar fôsse em seguida instalado na Bahia, progrediria bastante no século XVIII, e, ao terminar êsse terceiro século de colonização, quem lançasse os olhos sôbre o território nacional, veria uma rêde de Santas Casas. Grande foi e grande hoje continua a ser, o papel médico-social das Casas de Misericórdia, que além de tratarem dos enfermos, prestam assistência aos pobres e amparam a infância desvalida. A história delas no Brasil, está sendo traçada pelo Professor ERNESTO DE SOUZA CAMPOS, que prestará assim, grande serviço à cultura nacional.

Além das Misericórdias, há enfermarias e hospitais, que no século XVIII se ampliam e multiplicam principalmente por iniciativa das ordens religiosas, vendo-se, pela primeira vez, enfermarias instaladas nos regimentos e hospitais militares, para tratamento da tropa. Funda-se, em 1763, o hospital para leprosos, no bairro de São Cristovão, da cidade do Rio de Janeiro. Criam-se, mais tarde, outros iguais, em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, existindo nesta última província, desde 1675, a Casa dos Expostos, fundando-se a do Rio de Janeiro só em 1738.

As enfermarias a que aludimos, tornam-se, com o tempo, em centros de aprendizagem cirúrgica. Numa delas, em Pernambuco, *José Correia Picanço* aprende os rudimentos da arte. Em outra, na Bahia, *Antônio Mendes* leciona "anatomia e cirurgia a alguns moços da terra". No Rio de Janeiro, afirma *Fernando de Magalhães*, o cirurgião *Antônio José Pinto* funda um curso de anatomia e cirurgia, tentativa repetida em 1808. Também, afirma *Liçurgo dos Santos*, em fins do século XVIII o cirurgião do regimento de cavalaria de Minas Gerais, *Antônio José Vieira de Carvalho* ensinou anatomia e cirurgia no Hospital Militar de Vila Rica, devendo-se ainda notar que em 1803 é instalado, no Hospital Real de São Paulo, a aula de cirurgia, "sendo professor o físico mor de S. Paulo, *Matiano José do Amaral*." Todos os seis alunos que se apresentaram a êsse curso, "foram aprovados com geral contentamento, sendo o fato comunicado, em ofício laudatório, pelo Capitão Geral da Capitania de São Paulo, ao Visconde de Anádia."

Assim, em fins do século XVIII e nas vésperas da chegada de D. João ao Brasil, de modo que, quando o trono se instalou entre os brasileiros, aqui e ali, espalhados pelo território da antiga Colônia, já havia diversos centros de estudo cirúrgico, criados pela iniciativa individual.

Enquanto desta forma o ensino médico vinha se esboçando, patricios nossos, na metrópole, afirmavam, com brilho, a capacidade intelectual da gente brasileira. Por outro lado, contrariando os que afirmam o completo obscurantismo em que vivia a Colônia, começaram as primeiras agremiações litero-científicas, a aparecerem, modestas e cautelosas, patrocinadas pelos vice-reis, e de fato sob os olhos atentos da metrópole.

Em 1724 funda-se na Bahia a Academia Brasílica dos Esquecidos, da qual fizeram parte o nosso grandiloquente historiador *Rocha Pitta* e outras figuras de destaque da capital da Colônia. Em 1736, no Rio de Janeiro, é criada, sob os auspícios do vice-rei, a Academia dos Felizes, sendo um dos seus membros o delegado do cirurgião mor *Dr. Mateus Saraiva*, indigitado autor do "Desempenho da Medicina". Mas tôdas essas tentativas, inclusive a Academia dos Renascidos, mangraram.

O Marquês de Lavradio, espírito prático e objetivo, e dos mais notáveis administradores que teve o Brasil, promoveu, em 18 de fevereiro de 1772, a criação da Academia Científica, com um corpo de especialistas em história natural, agricultura, química e medicina. As sessões realizavam-se no Palácio, eram presididas pelo vice-rei, interessado em propagar "o gôsto pelas lavuras novas e o amor à terra". Não se limitou, porém, àquêle programa a Academia dos Naturalistas: propiciou diversos trabalhos úteis, que repercutiram nos meios científicos da Europa. Valia essa instituição como um conselho de Estado, ouvido em assuntos económicos (Pedro Calmon). Dela faziam parte médicos e cirurgiões, tais como MANOEL JOAQUIM HENRIQUE DE PAIVA, ANTÔNIO RIBEIRO PAIVA, LUIZ BORGES SALGADO, MAURÍCIO DA COSTA, JOSÉ HENRIQUE FERREIRA, médico do vice-rei e outros.

Apesar de já ter havido uma brilhante plêiade de médicos, que de fato cercara o Marquês de Lavradio, era informado em 1789, o governo de Lisboa, por *Luiz de Vasconcelos*, que era insuficiente o número de médicos existente na capital do vice-reinado, citando êle quatro tão somente. Esta falta levou o vice-rei, afirma *Alfredo do Nascimento*, a permitir que se demorasse no Rio de Janeiro, a clinicar, um médico alemão, *José Strukz*, que aportara à cidade quando ia em trânsito para a Batávia, "e a quem os clínicos procuraram com o maior desêjo de se aproveitarem não só dos conhecimentos que mostrava dos estudos da profissão e da anatomia, como também de algumas observações químicas de que êles têm pouca inteligência."

No fim do século XVII há a assinalar a melhoria do estado sanitário de algumas cidades, principalmente da do Rio de Janeiro, capital do vice-reinado, desde 1763, e que, sob os governos do Marquês de Lavradio e de Luiz de Vasconcelos foi dotada de alguns melhoramentos.

Aumenta, no decorrer do século XVIII, o número de obras médicas a descreverem fatos médicos, observados em nosso meio. Assim é que, em 1705, *João Rodrigues de Abreu*, médico português que aqui viveu alguns anos, na capitania de Minas e em São Paulo, escreveu um livro intitulado "Historiologia Médica", no qual trata das moléstias mais freqüentes na região, tendo sido um dos grandes entusiastas da doutrina de *Stahl*. *Manoel dos Santos* que durante alguns anos clinicou em Recife, publicou a "Narração Histórica sôbre as Calamidades de Pernambuco desde 1707 a 1715", *Luiz Gomes Ferreira*, médico de bordo, que no entretanto residiu alguns anos na Bahia, é autor do "Erário Mineral" publicado em 1735, obra em que estuda algumas plantas medicamentosas e a "corrusão do bicho" ou "macúlo", fazendo então explanações à cerca de um processo dêle para o tratamento do escorbuto. *João Cardoso de Miranda* publica também um trabalho sôbre o tratamento do escorbuto por meio de complicada tisana. *Manoel Joaquim Henriques de Paiva*, membro da Academia Científica, publica uma "História Natural, Química, Agricultura, Arte e Medicina" e desempenha mais tarde importante papel na introdução da vacina anti-variólica em nosso meio. Um livro intitulado "Uma prodigiosa lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará que tem curado a várias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem," em 1749 saía da oficina de impressão do Santo Ofício.

*Silva Carvalho*, que fez, dêsse trabalho, edição recente, após exaustivas pesquisas, chegou à conclusão de que quem o escreveu foi *João Cardoso de Miranda*, o mesmo que publicou a obra acima referida sôbre o escorbuto. E o professor português traça-lhe a biografia e estuda a obra, interessante e útil, na qual se encontram observações próprias e o estudo das águas daquela localidade mineira, exaltando-lhes as propriedades terapêuticas. Em 1771 aparece o livro de *Antônio Mendes*, intitulado "Govêrno da medicina mui necessário para os que vivem distante dos professôres, seis, oito e mais léguas"; êsse livro, afirma *Álvaro de Souza Reis*, tem valor "arqueológico", e acrescenta, com ironia, que o cirurgião mor devia ter "vesta cultura" pois acreditava nos efeitos do pescoço de galo torrado e pulverizado, administrado em poção, na cura das anginas e na ação das minhocas, nos panariços e doenças semelhantes"... Em 1793 era lida, na Academia de Lisboa, a "Memória sôbre as doenças agudas e crônicas que mais freqüentemente acometem os pretos recém tirados da África", escrito da autoria do cirurgião bahiano *Luiz Antônio de Oliveira Mendes*. Outros brasileiros houve, mais naturalistas do que propriamente médicos, e que se fizeram notar, nos grandes centros europeus, com trabalhos de valor: *Arruda Câmara*, botânico, filósofo e político, consagrado autor da "Flora de Pernambuco", e de outras obras merecedoras de apreço; *Joaquim Veloso Miranda*, natural de Minas, naturalista de mérito; *frei José Maria da Conceição Veloso*, também mineiro e consagrado au-

tor da “Flora Fluminense”; *José Pinto de Azevedo*, carioca, médico de grandes méritos, formado em Edimburgo, e cujos trabalhos foram publicados em 1787 no terceiro volume do “Medical Commentaries”, tendo êle sido membro de diversas sociedades científicas estrangeiras, publicando ainda: “Ensáio sôbre as febres de Angola”, no qual se ocupou não sômente das febres reinantes na África, como também da desinteria e do tétano; *Francisco de Melo Franco*, recentemente biografado pelo professor *Martinho da Rocha*; *Alexandre Rodrigues Ferreira*, de quem falaremos mais adiante, e outros.

Além dos já lembrados, exerceram no século XVIII a profissão outros médicos de valor, que, além da clínica de que se ocupavam, tiveram cargos públicos; *Agostinho José Príncipe*, paraense, cirurgião de mérito, que no govêrno de *Pereira Caldas* requer seja nomeado físico mór do Estado do Grão Pará e Maranhão, cargo que exerceu; *João Prinz*, médico do hospital militar de Belém e *José Araújo Braga*, clínico nessa mesma cidade; *José Gomes Santos*, delegado do protomedicato na Amazônia; *Diogo Correia do Vale*, clínico em Minas Gerais, e *José Simões Coimbra Galhardo* que, em 1743 exerceu nessa província o cargo de físico mór; eis nomes que ficaram registrados.

Em 1739, escreve *Lúcio de Sena*, acontecimento relevante se dá em Minas; a criação, pelos Senados das Câmaras, do lugar de físico dos presos e pobres das vilas.

Quase ao findar o século só havia em São Paulo, segundo *Alcântara Machado*, um único cirurgião aprovado: tratava-se do cirurgião mor da Legião, e êsse mesmo era tão desprovido de instrumental que chegava a se utilizar de uma serra de carpinteiro, nas amputações. Os habitantes das povoações litorâneas, conta ainda *Alcântara Machado*, eram atendidos, de quando em quando, pelos físicos das frotas que estivessem de passagem.

Em Pernambuco, lembra o consagrado autor de “Vida e Morte do Bandeirante”, nunca passaram de três os médicos diplomados.

Se esta era a situação dos principais centros econômicos do país, que dizer do resto do Brasil? E podemos facilmente concluir que o curandeirismo, exercido pela classe de gente mais inculta, era um imperativo imposto aos colonos, pela falta absoluta de médicos no Brasil.

Na própria Bahia, antiga capital e grande centro econômico, o número de clínicos, no século XVIII, ainda era insuficiente, e pelo interior da capitania, então, contavam-se a dedo os profissionais diplomados. Nos engenhos era o próprio senhor, ou o padre, quando não era um escravo para tal fim adestrado, que tinha a função de curar, praticando a cirurgia ou sangrando, ao mesmo tempo que barbeiro para atender à população local. Parteira dignas

de nome, nunca as houve na Colônia. O officio era exercido pelas comadres, também conhecidas como “curiosas” ou “aparadeiras”.

Nas crônicas dos meados do século está que houve um cirurgião cuja clínica estendia-se pelo raio de mais de trezentas léguas, através de Mato Grosso, Maranhão e Pará, lugares tão afastados uns dos outros; mas é que elle, em épocas certas as percorria em excursões profissionais.

Na Bahia houve, entre médicos de escol, quem, tanto quanto possível, soube cumprir com o dever inteligentemente, procurando, na qualidade de delegado do protomedicato, que foi criado em 1782, coibir abusos e moralizar a profissão: queremos nos referir ao cirurgião mór *Manoel Fernandes Nabuco*, tronco da família que deu ao Brasil nomes tão illustres como o conselheiro *Tomaz Nabuco de Araújo* e *Joaquim Nabuco*.

*Manoel Fernandes Nabuco* nasceu na Beira, a 22 de julho de 1738. A 6 de março de 1761 recebia, após os exames prestados, a carta de cirurgião. Atraído pelo Brasil vai se estabelecer na Bahia, onde contraiu matrimônio com D. Mariana Josefa Joaquina de Araújo, “filha do Comandante da Fortaleza de São Filipe e São Tiago”.

Pouco depois de instalado na cidade do Salvador, já possuía *Fernandes Nabuco* grande clientela, sendo pela Carta Régia de 1779 investido das funções de cirurgião mor do Regimento de Infantaria da guarnição da Bahia, lugar que pleiteou tendo em vista já vir exercendo as funções de médico militar.

Ao criar-se, em 1782, o protomedicato, *Manoel Fernandes Nabuco* é nomeado comissário, na Bahia, e teria função de examinar os candidatos ao título de cirurgião e a de fiscalizar o exercício da medicina. Vêmo-lo, pois, a presidir os exames que prestaram alguns alunos seus, e a mover guerra aos que exerciam ilegalmente a profissão.

Conta *Silva Carvalho* que *Nabuco* mandou prender o preto *Manoel Antunes Carvalho* por exercer o officio de sangrador, sem carta, tomando idénticas medidas contra os que fôsem encontrados clinicando sem a licença devida.

Contra as medidas tomadas pelo beirense insurgiu-se o governador *Rodrigo José Menezes*, julgando-as excessivas “em vista da falta enorme que na Capitania havia de diplomados”, discordando assim do comissário da junta. Ao que parece a reclamação do governador não surtiu efeito, pois *Nabuco* continuou a exercer o cargo, em toda a plenitude.

Por várias vezes requereu o illustre cirurgião que o nomeassem cirurgião mór do Hospital Militar, não conseguindo, porém, que atendessem o seu pedido. Por Carta Régia de 11 de agosto de 1804 é elle aposentado no cargo de cirurgião mór do Regimento de Infantaria, sendo logo depois agraciado com o Hábito de Cristo. Não se sabe qual a data certa de sua morte. Sabe-se, entretanto,

que em 1812 morava êle atrás da Sé, na casa número 12, e que, por alvará de 28 de novembro de 1815 foi nomeado cirurgião honorário da Real Câmara, tendo ainda sido agraciado com o título de Cavaleiro Fidalgo.

Deixou *Manoel Fernandes Nabuco* dois trabalhos manuscritos. O primeiro tem por título "Exame completo de terapêutica", onde expõe "o verdadeiro método de ensinar os estudos da medicina cirúrgica, os elementos da fisiologia física e patológica, isto é, o caráter do homem são e suas funções, o estado do enfermo e seu curativo". Dedica a obra aos gloriosos mártires e deuses da terapêutica, senhores santos Cosme e Damião (*Silva Carvalho*).

*Fernando de Magalhães*, ao se referir a êsse trabalho, resume-o dizendo que nele encontramos os vários casos de partos e modos de partejar.

O segundo trabalho, do qual *Silva Carvalho* possui o manuscrito, é intitulado: "Observações médico cirúrgicas e Anatomicas; unicas até os nossos tempos / nas quais se demonstra até onde tenho / chegado com as drossis de opio thebaico, em / substância / sistidas as contrações convulsivas resultadas das feridas / chagas e mais acontecimentos offensivos e podem de hoje em diante servir de guia no exercício curatorio dos Professores de Medicina cirúrgica." Com a seguinte dedicatória: "Offercidas a muito respeitavel pessoa / do Ilmo. Exmo. Snor. Don Rodrigo José de Menezes / do Conselho de Sua Magestade Fidelissima / Governador e Capitão General deste Estado. Per Manoel Frz. Nabuco / Aprovado em Medicina, Chirurgia e Anatomia / Chirurgião Mor do 2o. Regimento pago desta Praça / Juiz Commissario da Real Junta / do Protomedicato de Lisboa, nesta Cidade e sua Capitania / Tudo por Sua Magestade que Deus Guarde. Bahia, 15 de 9bro. de 1785".

O livro, apesar do título espetacular, contém, em summa, observações sagazmente feitas em enfermos de tétano, nos quais *Nabuco* ensaiou, com sucesso, o tratamento de ópio, empregado em altas doses, processo original, que demonstra estar *Nabuco* a par dos conhecimentos científicos da época, se não adeantado a êles. Outrossim revela grandes qualidades não só de quem sabe observar os doentes, como de quem sabe criar uma terapêutica.

A documentação apresentada é farta e excelente. Não satisfeito das observações próprias, *Nabuco* reforça-se com as de seus discípulos, o que vem demonstrar que o autor lecionou, com excepcional proficiência, tornando o ensino experimental e muito diferente do *magister dixit* para que fique registrado na história cultural do Brasil. Reune a estas, as observações do cirurgião *Francisco das Neves*, de *José Maria*, cirurgião da carreira da Índia e de *Manoel José Estrela*, futuro professor do Colégio Cirúrgico.

Quem foi bisavô de *Joaquim Nabuco* confessava-se pois senhor de grande capacidade profissional e concluia no seu livro: "Já

hoje nesta Bahia, e outras muitas terras onde tem chegado o meu nome, método e as minhas observações, estão os professôres com os ânimos feitos e afoitos a aplicar o dito ópio sem lhes causar horror e muita quantidade dêle e muito especialmente os meus discípulos; e só deixam de se animar e o por em prática aquêles que raciocinam por idéias estéreis.” Era um convicto. E ao mesmo tempo um inovador.

Possuia o Brasil, nas vésperas da chegada de D. João, um médico que se lançava em sérias pesquisas clínicas e terapêuticas, e capaz de trazer algo de original à ciência médica.

O método do velho clínico e cirurgião da cidade do Salvador, a aplicar corajosamente doses massiças de ópio se, de fato, não curou todos os doentes, pelo menos lhes aliviou os sofrimentos do tétano.

*Silva Carvalho*, o biógrafo de Nabuco, reivindica para o beirense lugar de destaque na galeria dos grandes nomes universais da medicina, como sendo um atilado inovador que se abalanchava a empregar excepcionais doses de ópio, muito acima das que experimentaram os clínicos citados por *Cullen*, cuja obra êle conhecia na data em que escreveu o livro, declarando-se pois, sem peias, para proceder contra “as objeções que se lhe ponham pelos colegas.”

Diante dos progressos atuais da soroterapia anti-tetânica não desmerece o espírito persistente e, — porque não dizer? — cientista, de *Manoel Fernandes Nabuco*.

Mas se alguém merece o título de precursor do ensino médico na Bahia e quiçá no Brasil, é o velho cirurgião beirense; e havia êle de, já velho e aposentado, ver na cidade que amava e fôra teatro de suas glórias, fundar-se o ensino médico brasileiro, oficialmente. E se não foi um dos primeiros professôres do colégio cirúrgico na cidade do Salvador, é porque o pêso dos seus setenta anos lhe cassava êsse direito.

O que almejava e idealizara iria caber a quem, por sua vez, praticou a medicina: o antigo barbeiro pernambucano *José Correia Picanço*.

\*  
\* \* \*

A 10 de novembro de 1745, nasce na cidade de Goiana, na então Capitania de Pernambuco, José Correia Picanço, filho do cirurgião barbeiro Francisco Correia Picanço.

Em sua cidade natal aprende as primeiras letras. Ao terminar os estudos primários é levado para o Recife, onde, sob a orientação paterna, aprende a arte cirúrgica. O jovem Picanço, filho de barbeiro, seguia nas pegadas do pai, para, como era velho costume mantido na Colônia, herdar o ofício. A profissão, nessa época, estava em mãos de indivíduos pobres, que procuravam ascensão social, sendo a cirurgia ainda considerada simples arte manual e,

como tal, inferior à medicina, ramo superior e de mais cultura na arte de curar. A carência de médicos facilitava vantajosamente a carreira, para quem demonstrasse habilidade e alguns conhecimentos de anatomia.

Inteligente, ativo e estudioso, Picanço chamou a atenção sobre os seus conhecimentos, que o elevavam muito acima da vulgaridade dos barbeiros recifenses.

Assim é que o governador da Província, *Vila Flor*, o nomeia, em 1766, cirurgião do Corpo Avulso de Officiais de Ordenança das Estradas e Reformados, quando apenas contava 21 anos de idade.

José Correia Picanço não se satisfez com uma tal situação e ambições tinha-as êle mais amplas. Sendo um espírito curioso e ávido de saber, não se sentia satisfeito em viver nos estreitos e acanhados limites de sua terra natal. Os olhos êle os volta para a Europa, onde poderia aperfeiçoar os estudos e conseguir melhor posição social. E com a tenacidade característica dos indivíduos possuidores de grande fôrça de vontade e conscientes de terem superiores qualidades intellectuais, consegue, após se recomendar pelo trabalho, a sua transferência para a capital da Metrópole. Era a primeira vitória dêsse homem, destinado a alcançar os mais altos postos na carreira médica.

Ao chegar a Lisboa o jovem pernambucano matricula-se na Escola Cirúrgica do Hospital de São José, onde lecionava, com raro brilho, o genial barbeiro, que se chamou *Manoel Constâncio*, indubitavelmente o maior e mais completo cirurgião português do século, qua galvanizava a mocidade estudiosa com as suas magistrais exposições de anatomia, e notável habilidade cirúrgica. Foi êla, de fato, o verdadeiro criador da escola cirúrgica lusitana.

E' na Escola de Lisboa e sob a orientação de Constâncio, que o nosso patricio estuda e alcança o grau de licenciado em cirurgia.

Revelando-se aluno distinto é indicado, pelo mestre, para aperfeiçoar-se no estrangeiro, e o jovem brasileiro, com o cérebro povoado de projetos e confiante nos seus talentos, parte para a França, instalando-se em Paris, onde frequênta as grandes clínicas cirúrgicas da época, privando com os grandes mestres tais como *Sebatier*, *Morand* e outros. Em 1768 obtém o diploma de "Officier de Santé". E regressando a Lisboa, reza a tradição, depois de frequêntar as Escolas de Montpellier e Pádua. Fixa residência na capital do Reino e dedica-se à clínica, alcançando, dentro em pouco tempo, fama e abastança.

Em 1772 o Marquês de Pombal, no ápice de sua carreira política, decreta a tão celebrada e não menos discutida reforma de ensino, reforma que, no dizer de *Maximiano Lemos*, marca o apogeu do ensino literário em Portugal.

Já discutiram o valor desta reforma principalmente os historiadores *Lúcio de Azevedo*, *Caetano Beirão* e *Pires de Lima*: lem-

breiros somente que, sendo grande o número de brasileiros a se distinguirem nos meios intelectuais metropolitanos, o famoso marquês lhes reconhecendo os méritos, nomeia-os para os cargos de magistério da Universidade reformada. Não nos esqueçamos, porém, do que é digno de nota: nessa última metade do século XVIII há brasileiros, em Portugal, ocupando lugares de destaque no cenário intelectual do Reino, sendo um deles *Francisco de Melo Franco*, membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 24 de dezembro de 1779, pela Rainha D. Maria I. *Melo Franco* foi autor, além de outras obras, do célebre "Tratado da Educação Física dos Meninos", o nosso livro mais antigo de puericultura. Nesse tratado, que as comadres brasileiras não leram, por certo que o notável médico abordou, escreve *Licurgo dos Santos Filho*, com grande saber, não só a questão da assistência ao recém-nascido, como também à parturiente. *Alexandre Rodrigues Ferreira*, bahiano, talvez tenha sido, naquela época, o naturalista de maior expressão em Portugal. Nomeado catedrático de história natural na Universidade, foi mais tarde incumbido pelo governo português de estudar as riquezas naturais do Brasil, percorrendo, durante nove anos, o interior do Pará, Amazonas e Mato Grosso, onde recolheu o material de zoologia, botânica, mineralogia e etnografia, que remeteu para o Museu da Ajuda, de Lisboa. Escreveu numerosos trabalhos e memórias sobre história natural, geografia, agricultura e medicina. De um dos seus mais importantes trabalhos, o "Diário da Viagem Filosófica", foi tirada cópia pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que a publicou, o mesmo acontecendo com a famosa memória sobre "As febres da capitania de Mato Grosso." *Vicente Coelho Seabra da Silva Teles*, o célebre autor dos "Elementos de Química", primeiro trabalho escrito em vernáculo sobre esta ciência, foi outro brasileiro ilustre que figurou entre os grandes nomes da ciência portuguesa da época.

Finalmente citemos o patriarca da Independência, *José Bonifácio de Andrada e Silva*, uma grande mentalidade com renome fora de Portugal, mineralogista insigne, que pertenceu às mais cultas sociedades científicas do continente europeu, e que, além de sábio, foi o estadista plasmador da nossa nacionalidade.

Na Universidade de Coimbra, reformada pelo marquês de Pombal, vemos que o Reitor, *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho*, futuro Conde Araganil, é brasileiro de velha estirpe. Brasileiros são: o professor de Matéria Médica e Farmácia, *José Francisco Leal*, fluminense; o professor de Mineralogia, Zoologia e Botânica, *Vicente Seabra de Teles*, a quem já nos referimos, e que era mineiro; e os opositores *Pedro Taques de Almeida*, mais tarde Frei Pedro da Conceição; *Antônio Fortes de Bustamante Sá Leme* e *João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho*. *José Correia Picanço* ocupa na velha Coimbra a cadeira de Anatomia Prática e Cirurgia.

José Correia Picanço, nomeado a princípio para substituto da cadeira que regeu, viu-se, uma vez empossado no cargo de magistério, em situação vexatória perante os seus colegas, estando êle, escreve *Joaquim de Melo*, como os "officiers de santé", apenas autorizado a praticar a medicina, mas sem diploma de doutor. Os lentes doutorados logo disputaram a precedência e a primazia sobre Picanço. Orgulhoso da sua superioridade intelectual, e não se conformando com essa situação de inferioridade que a lei instituiu, vai o brasileiro buscar o grau de doutor na França, onde segue o curso de medicina, que termina defendendo tese perante a Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Paris.

Por ocasião dessa sua estada na França, afirma o seu biógrafo, contraiu matrimônio com D. Catarina Brochot, com quem teve numerosa prole.

Com o título de doutor volta a Coimbra onde, em situação de igualdade com todos os lentes, retoma a cátedra.

Já no Almanaque Português, no ano de 1789, encontramo-lo como Doutor em Medicina, professor da cadeira de Anatomia e Operações Cirúrgicas e Obstetrícia da Universidade de Coimbra da Academia Real das Ciências de Lisboa. Foi brilhante a sua passagem pelo ensino, dizem todos os contemporâneos, deixando o antigo barbeiro recifense o maior renome.

Professor de raros recursos, técnico consumado, êle é que inaugura, na Universidade, o ensino prático de anatomia, em cadáveres humanos, o que antes se fazia em animais. O estudo da anatomia, que se arrastava atrasado em Portugal, Picanço, substituindo nesse ensino o médico italiano *Luis Cichi*, o reformou, modernizando, de acôrdo com o que se praticava em Paris.

No número 8 da *Minerva Brasiliense*, vem então o seguinte trecho: "O Professor de Medicina em Coimbra, que iniciou o ensino de Anatomia sobre o cadáver humano foi José Correia Picanço, depois Barão de Goiana, natural de Pernambuco." Eis notícia importante que se transcreveu no tomo III, pg. 80, dos Anais das Ciências, das Artes e das Letras.

O autor da notícia da *Minerva Brasiliense* é a pena autorizada de *P. S. Constâncio*, que ainda acrescentou:

"E' bem notório, com pejo repito, que na Universidade de Coimbra, não se estudava anatomia prático, e que em um carneiro ou animal semelhante, é que se faziam ainda demonstrações e estas mesmas, raras vêzes; até a época em que o doutor *José Correia Picanço* (que foi dos melhores discípulos de Manoel Constâncio, a cujo conselho foi Picanço estudar na França) foi nomeado professor substituto de anatomia". Durante 11 annos ininterruptos, *Correia Picanço* exerceu brilhantemente a cadeira de Anatomia, jubilando-se em 28 de junho de 1790.

D. via ser, escreve *Maximiano Lemos*, ainda homem vigoroso, ao deixar o ensino, aos 45 anos, de idade. E' que novos cargos

e novas honrarias lhes estavam destinadas. Talvez mesmo se aposentasse para residir em Lisboa, capital do Reino, cidade de mais possibilidades clínicas e onde exerceria com mais eficiência o cargo de cirurgião-mor, que havia tempo estava ocupando.

Em 1782 a Rainha D. Maria I extingue os cargos de físico e cirurgião-mor, criando, por ato de 17 de junho daquele ano, a Real Junta do Protomedicato, com o que, observa *Caetano Beirão*, lança os fundamentos da moderna política médica em Portugal, ficando, desde aí, todos os assuntos médicos no Reino e Colônias sob jurisdição dessa Junta, a que chamariamos hoje um Ministério de Saúde Pública. Com a criação da Real Junta do Protomedicato tomam-se muitas providências de saúde pública, e se fiscalizam o exercício da medicina e profissões afins, sem que se esquecessem de obrigar a todos os que quizessem exercer a profissão, a prestarem exame perante os deputados da Real Junta, para o que foi elaborado um programa, cujo conteúdo honra os seus autores. Um dos signatários desse programa foi, pois, *José Correia Picanço*, deputado e membro nato do órgão citado.

Antes já havia ele sido nomeado primeiro cirurgião da Real Câmara e, acrescenta *Maximiano Lemos* (que entretanto parece antipatizar-se com o nosso patricio), a influência de *Picanço* junto ao soberano foi sempre crescendo para que não passasse ano sem nova mercê.

Em 1791 agrava-se assustadoramente o estado mental da Rainha D. Maria I, “cuja demência tomava um aspecto tal que urgia providenciar quanto à suprema governação.” É convocada uma junta dos médicos mais nctáveis de Lisboa, para dizer do estado da infeliz rainha, e o laudo que assinala o fim de um reinado traz, entre as assinaturas, a de *Francisco de Melo Franco* e *José Correia Picanço*, dois brasileiros.

Era o início de uma nova época, o prelúdio de graves acontecimentos para a nação portuguesa.

No dia 10 de fevereiro de 1792, D. João, Príncipe do Brasil, assinava um decreto, avccando a si o govêrno de Portugal, devido ao “notório impedimento da moléstia da Rainha”, e, dessa maneira, o Príncipe tornava-se Regente do Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

Mas enquanto a rainha louca, escreve *Caetano Beirão*, enchia de gritos as salas outrora tão alegres do Palácio de Queluz, começavam a ouvir, vindo da França, o eco das estrofes da Marselhesa.

Penetrava, então, no cenário político de um mundo em renovação, o mais pacífico, o mais conservador, e, também, o mais astuto dos reis.

Não nascera destinado ao govêrno, nem mesmo desejara trocar os serões religiosos pelas reuniões ministeriais, porém, já que

a cega fatalidade dos acontecimentos o levava a cingir uma corôa vacilante, como o eram tôdas as dessa época, êle se curvava ante a premência dos fatos. Reinaria, em tôda a expressão do termo. Salvaria a corôa, o reino e a dinastia.

Assim prometeu e melhor cumpriu.

Personalidade interessante a dêste monarca: apático na aparência, era, na realidade, um forte. Sofreu com resignação todos os dissabores domésticos — a loucura de sua mãe, as infidelidades da espôsa, e a ingratidão dos filhos e amigos e, acima de tudo, enfrentou com galhardia os temporais políticos que sacudiam a Europa naquele fim de século.

D. João foi, em primeiro lugar, na frase lapidar de *Euclides da Cunha*, um estóico. Depois, um convencido e um sincero.

Êste homem que fundou a nossa nacionalidade, é mal estudado e pior compreendido por todos os historiadores portugueses do século passado, e todos o ridicularizaram: era o glutão, o cochilador, o abúlico, o medroso e o fujão! Esqueciam-se, porém, de que êle possuía, no dizer de *Luccock*, um seu contemporâneo, mais sentimento e energia de caráter do que ordinariamente lhe atribuíam amigos e inimigos. Foi necessário que nos princípios do século atual, um grande historiador brasileiro, *Oliveira Lima*, o reabilitasse, ao escrever êste monumento que se intitula “D. João VI no Brasil”.

Ante os acontecimentos políticos que se desenrolavam na Europa, era fatal a atitude de dubiedade e hesitação que Portugal vinha mantendo naquela Europa, que o grande Córso trazia acorrentada à carreta dos seus canhões invencíveis. E os que acusam a velha nação de fraqueza, duplicidade e hipocrisia, se esquecem, como bem afirma *Oliveira Lima*, da posição delicadíssima de uma nação, cuja debilidade a faria fatalmente gravitar na órbita da influência de uma outra potência mais forte.

Pela sua formação histórica, pela sua concepção política de governo, pelo seu regime que era o autocrata, e “pelo seu império tão vasto quanto vulnerável”, Portugal tinha que forçosamente ser infenso aos ideais da Revolução Francesa, que Napoleão impunha, agora, a tôda a Europa, pela fôrça convincente de suas legiões vitoriosas.

Longo seria relatar aqui os acontecimentos que precederam o golpe tremendo de Napoleão, decretando, em 1806, o bloqueio continental, única forma com que êle julgava ver concretizada a sua grande ambição, isto é, a derrota de sua tenaz inimiga, a Inglaterra. Êste gesto lançou definitivamente Portugal na órbita inglesa, o que acarretou os ódios do grande déspota que, escreve *Handelmann*, fêz publicar na folha oficial do Império Francês, o “*Moniteur*”, de 13 de novembro de 1807, em palavras sêcas, uma declaração de que a Casa de Bragança havia incorrido na pêrda do trono. E a história se repete...

Quando esta notícia chegava ao Reino, já as tropas francesas, em marcha forçada, através da Espanha, penetravam em Portugal. Seria inútil qualquer resistência. E quando *Junot* chega às margens do Tejo, os seus olhos viram apenas, perdendo-se no horizonte, as brancas velas de uma grande esquadra, em cujo bojo fugiam — êste é o têrmo — quinze mil portugueses, acompanhados pelo seu Rei.

Inútil seria a resistência e inútil seria, também, querer *Junot* perseguir a realeza que fugia amparada pelos canhões de Sua Magestade Britânica. Mas naquele dia de 29 de fevereiro de 1807 concretizava-se, de modo abrupto, um velho sonho, por vêzes acariciado por estadistas portugueses, de transferir para a colônia americana a sede da monarquia lusa.

Sem o querer e nem mesmo supor, *Bonaparte* preparava a nossa independência lançando à nossa terra, no dizer de *Euclides da Cunha*, o único estadista capaz de a transfigurar.

Batida pela tempestade, na altura da ilha da Madeira, a frota dividiu-se em duas, e aquela parte mais numerosa em que vinha o Rei, tocou primeiro na Bahia, a 24 de janeiro de 1808.

Pela primeira vez um rei pisava terras da América, e mal cessados os primeiros ecos dos vivas e aplausos, são publicados na Bahia, dois decretos que marcam uma nova época nos destinos do Brasil: o de 28 de janeiro, que abriu os portos do Brasil às nações amigas, determinando, assim, a nossa emancipação econômica, e o de 18 de fevereiro, criando a Escola Cirúrgica da Bahia, completado êste decreto, posteriormente, com o de 5 de novembro do mesmo ano, que criava a Escola Cirúrgica do Rio de Janeiro; fatos que marcam a nossa independência cultural.

Foi, pois, na privilegiada terra da Bahia, escreve *Gonçalo Moniz*, que se lavrou a pedra angular do desenvolvimeto social da pátria brasileira, cumprindo assinalar aqui, di-lo *Aristides Novis*, a dupla função tutelar confiada à Bahia por um generoso destino: a de ser o berço do Brasil e da sua Medicina.

Antes, porém, do decreto de 18 de fevereiro que criava a Escola Cirúrgica da Bahia, nomeára-se quem deveria superintender os assuntos de medicina, com as modificações de govêrno provenientes da transmigração da monarquia para o Brasil. E o decreto com essa nomeação, datado de 6 de fevereiro de 1808, diz textualmente:

“Por justos motivos sou servido determinar que o Dr. José Correia Picanço, primeiro médico de Minha Real Caza e Primeiro Cirurgião dela, do Nosso Conselho, a quem havia confiado a carta de Cirurgião Mor dos Exércitos do Reino, e igualmente deputado, nato da Real Junta do Protomedicato, passa a exercer tôda a jurisdição que sempre competiu a todos os cirurgiões mores do Reino, em todos os Meus Estados e Domínios Ultramarinos. Os Governadores e Capitães Gerais dos mesmos Domínios Ultramarinos o tenham assim entendido e o façam executar.”  
(Ass.) Príncipe Regente.

No dia 9 do mesmo mês, já é publicado o decreto que nomeia o físico-mór Dr. *Manoel Vieira da Silva*, para substituir o Dr. *Francisco Tavares*, que, atendido nas razões expostas em seu requerimento, é exonerado.

Investido *Picanço* na alta dignidade de Cirurgião Mor do Reino e Estados do Brasil, “e nessa qualidade uma das principais autoridades profissionais da saúde pública, entendeu instalar o exercício de tão altas funções com um ato de verdadeiro patriotismo”.

Pensando no progresso de sua pátria, lembra *Eduardo de Abreu*, interveio *Picanço* eficazmente junto à Real Pessca do Príncipe Regente, para que êste, em sinal de amor à sua passagem pelas terras do Brasil, mandasse erigir uma Escola Cirúrgica, na Capitania da Bahia, em Salvador, a nova e provisória Metrópole.

Aprovando o Príncipe o pedido do seu velho amigo e cirurgião mor do Reino, é expedida a seguinte Carta Régia, de 18 de fevereiro de 1808, dirigida ao Governador da Bahia, 6.º Conde da Ponte, e assinada por D. Fernando José de Portugal.

“Ilmo. Exmo. Sr. — O Príncipe Regente Nosso Senhor, anuindo à proposta que lhe fêz o Dr. José Correia Picanço, Cirurgião Mór do Reino, do Seu Conselho, sôbre a necessidade que havia de uma Escola de Cirurgia, no Hospital Militar desta Cidade, para instrução desta arte, tem cometido ao sobredito Senhor a escolha dos professôres que não só lecionem a cirurgia própria-mente dita, mas a Anatomia como bem e essencial a Arte Obstétrica, tão útil como necessária”.

“O que participo a V. Excia. por ordem do mesmo Senhor, para que assim o tenham entendido e contribua por tudo que for promovido êste importante estabelecimento.” (Ass.) “D. Fernando José de Portugal”.

A introdução do ensino médico no Brasil, escreve *Varnhagem*, deve-se ao médico pernambucano, um velho servidor da Monarquia, *José Correia Picanço* que, na qualidade de médico da Família Real, seguiu a côrte que se retirava da Europa, na hora em que os azares da guerra a arrancam da capital do Reino.

Durante a longa e penosa travessia atlântica, o antigo barbeiro recifense, que em moço deixara o Brasil e contava 63 anos de idade, trazendo larga folha de serviços à nação, por certo que pensou no estado precário da medicina em sua terra. Sentiu, por outro lado, que seria demorado o exílio real, e que Coimbra, por muitos anos, estaria fechada aos brasileiros. Mais do que isso: pensou, certamente, o velho cirurgião, nos jovens que, por falta de recursos financeiros para irem a Portugal, deixavam de aproveitar os pendres naturais para os estudos médicos. E a ocasião se lhe oferecia propícia para melhorar tudo, e beneficiar a todos.

Publicada a Carta Régia de 18 de fevereiro, criando o ensino médico por proposta de *Picanço*, “sôbre a necessidade que havia de uma Escola de Cirurgia no Hospital Real Militar desta cidade

(do Salvador) para instrução desta arte”, apressa-se o Cirurgião mor em fazer as primeiras nomeações, e expede as primeiras instruções para a instalação dos cursos.

Para a cadeira de Anatomia Especulativa e Prática é designado o *Dr. Manoel José Estrela*, cirurgião diplomado pela Escola de Lisboa e cirurgião do Hospital da Bahia, onde nascera em 1760. O professor de Lições Teóricas e Práticas de Anatomia e de Operações Cirúrgicas, seria o *Dr. José Soares de Castro*, nascido em Portugal no ano de 1772, “Cavaleiro Professor na Ordem de Cristo, Cirurgião Mor do Real Hospital Militar e delegado do cirurgião mor dos reais exércitos na cidade e capitania da Bahia.” *Soares de Castro*, lembra *J. A. Pires de Lima*, publicou, em fascículos, um compêndio de anatomia, dedicado ao seu ilustre protetor *Dr. Correia Picanço*, e que constituíram quatro pequenos volumes, nos quais o professor da Escola da Bahia reuniu as lições ministradas aos seus alunos. Embora modesto, este trabalho teve o mérito de ser o primeiro livro de anatomia publicado no Brasil, e grandes serviços prestou êle à mocidade estudiosa.

As instruções baixadas por *Correia Picanço* seriam o primeiro regulamento da Escola Cirúrgica da Bahia, delas constando que o curso “duraria 4 anos, findos os quais podia a Escola passar as certidões competentes, declarando se o aluno estava apto a ser submetido a exame e a dignamente encarregar-se da saúde pública.” Outros dispositivos de grande alcance para o ensino estão nessas instruções, que recomendam: “a prática ou demonstrações de cada um dos objetos cirúrgicos que se tiverem tratado se farão em uma das enfermarias que lhe (ao lente) será franqueada duas vezes por semana”, donde se conclui que ao lado da teoria havia aulas práticas junto ao leito do doente, não se conhecendo, porém, ao certo, como observa *Gonçalo Moniz*, qual a extensão desse ensino prático, sendo de crer que, naturalmente, era reduzido, devido à falta de meios de ação.

Foi certamente deficiente o ensino ministrado na nossa primeira Escola Cirúrgica; mas êle marca o início de uma época. *Braz do Amaral*, nosso saudoso mestre, ao se referir à Escola Cirúrgica da Bahia, escreve: “Os documentos existentes no Arquivo Público do Estado mostram que o colégio viveu vida útil e que nele se ensinou e nele muito se aprendeu.”

Os professôres nomeados muito se esforçaram. Um deles, *Soares de Castro*, ao reclamar pelo descaso dos alunos e pela maneira apressada com que algumas vezes retiravam os cadáveres destinados aos estudos anatômicos, escrevia que “não admitia que pudesse servir sem ter consciência de ser útil ao Estado e ao Rei.”

Apesar dos pedidos insistentes da população local para que *D. João* permanecesse em Salvador, preferiu o Regente, porém, instalar a côrte no Rio de Janeiro, onde chegou a 7 de março, lançando-se o Monarca na tarefa ingente de instalar definitivamente a Mo-

narquia. Uma série de atos transforma a fisionomia política, econômica e cultural da capital do Vice-Reinado, sendo que pela Carta Régia de 5 de novembro de 1808 é fundada a Escola Cirúrgica do Rio de Janeiro, passando-se logo a reorganizar a legislação médica do país.

A Junta do Protomedicato, anulada já pelo que prescrevia o decreto de 6 de fevereiro de 1808, é finalmente extinta pelo alvará régio de 7 de janeiro de 1809, que, neste caso, define e regulariza a jurisdição do físico mor e do cirurgião mor, dando outras providências. O decreto de 27 de julho de 1809 cria o cargo de Provedor de Saúde da Costa e Estados do Brasil, autoridade encarregada da vigilância sanitária dos nossos portos. Toda esta organização que se deu ao Brasil, todas as medidas tomadas a respeito de medicina e saúde pública, foram inspiração de *José Correia Picanço*.

Médico militar e antigo barbeiro que tinha sido na mocidade, o futuro Barão de Goiana, lembrando-se do seu passado, cria êle os cargos de cirurgião mor sangrador e de almoxarife cirurgião, encarregando o primeiro de examinar e fiscalizar os sangradores militares, e o segundo, de administrar o setor cirúrgico dos hospitais. Mais tarde, reconhecendo a situação de inferioridade dos cirurgiões que serviam no Hospital Militar, faz com que os mesmos “gozassem das vantagens de oficiais, como se observa em França e outros países da Europa”, mas, para isso, sai o decreto de 16 de outubro de 1809, concedendo a graduação de alferes a todos “que completassem o curso de anatomia teórica e prática na Escola Cirúrgica, anexa ao Hospital Militar, fazendo extensiva esta graça aos ajudantes dos cirurgiões mores dos corpos já aprovados e que possuissem carta”.

E’ provável, lembra *Eduado de Abreu*, que *Correia Picanço* cogitasse de uma futura reforma que desse autonomia ao Corpo de Saúde do Exército, constituído de profissionais habilitados e dos quais êle é que seria o chefe, no cargo que ocupava com tanta eficiência e espírito administrativo. Mas êsse homem, que tão beneméritos e assinalados serviços prestou à medicina nacional, iria, por questão de vaidade pessoal, entrar em choque com a autoridade máxima no ensino para que, com os poderes que tinha em mão, quase sufocasse o desenvolvimento próprio que fôsse tomando as escolas médicas.

Sumariemos os acontecimentos.

Por decreto de 26 de fevereiro de 1812 é criado o cargo de diretor dos estudos médicos-cirúrgicos da Córte e dos Estados do Brasil, sendo então nomeado, com honras de físico mor do reino, o cirurgião bahiano *Conselheiro Manoel Luiz Álvares de Carvalho*, espírito culto, que logo submete à aprovação real um plano de reforma do ensino médico, a primeira realizada após a fundação dêle. Um decreto de 1.º de abril já amplia essa reforma, elevan-

do para 5 anos a duração do curso, e criando novas cadeiras além de tomar medidas de caráter geral,

O Diretor dos Estudos Médico-Cirúrgicos da Côrte e dos Estados do Brasil, o *Dr. Manoel Luiz Álvares de Carvalho*, toma providências para que a reforma seja aplicada à Escola Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro, expedindo o Príncipe Regente a carta de 29 de dezembro de 1815, em que manda seja a reforma também aplicada à escola do Salvador. Por cartas régias da mesma data são nomeados, para as cadeiras recém criadas, os seguintes professores: *Dr. José Soares de Castro* (para Anatomia); *Dr. Manoel José Estrela* (para Fisiologia), êstes dois já professores da Escola de Cirurgia do Hospital Militar, desde a sua fundação, na cidade do Salvador; *Dr. Antônio Ferreira França* (para Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica); *Dr. José Avelino Barbosa* (para Medicina Prática); *Dr. José Alves do Amaral* (para substituto das cadeiras do 1o., 2o., e 3o. anos); e o boticário *João Gomes da Silva* (para Química Farmacêutica). Pelo decreto de 1o. de abril, o aluno, concluído o 5o. ano, "obtinha carta de aprovação em cirurgia e sendo aprovado plenamente em todos os exames, repetia novamente as matérias do 4o. e 5o. anos e caso obtivesse distinção, teria o título de "formado em cirurgia", graduação que lhe assegurava grandes prerrogativas; êsses alunos eram, lembra *Moreira de Azevedo*, preferidos "em todos os partidos" aos que não possuíam esta graduação, e podiam curar de tôdas as enfermidades, onde não existissem médicos; ingressavam imediatamente, como membros do colégio cirúrgico e opositores das diversas cadeiras do currículo escolar; podiam mesmo chegar a obter o grau de doutor em medicina, contanto que prestassem exames de preparatórios, dos anos letivos, e conclusões magnas em latim. Dificultado o título de doutor, impossível quase de se alcançar pelas muitas exigências da lei, o grau mais alto seria o de "cirurgião formado", cuja carta dependia da assinatura das autoridades médicas, isto é, dos físico e cirurgião mores.

Ao ser executada esta reforma, o diretor do ensino médico convidou, para Chanceler da Escola, o *Dr. José Correia Picanço*, "cargo que não aceitou, até ressentiu-se do oferecimento, pois tendo jurisdição, na qualidade de cirurgião mcr, de referendar todos os diplomas de cirurgia, se fôsse Chanceler, só teria de apôr o sêlo real, nas cartas exibidas.

A recusa vinha, como *Picanço* alegava, mas na realidade, é que o velho pernambucano, no fundo do coração, amargurava a dor de não ter sido nomeado professor da Escola, então reformada, e não sopitando a vaidade ferida, êle pratica atos que prejudicaram grandemente a Escola, os alunos e o ensino médico nacional.

*Picanço* alia-se ao físico mor lusitano e aos demais cirurgiões portugueses, para criar, lembra *Alfredo Nascimento*, tôda sorte de embaraços ao funcionamento dos dois últimos anos do curso mé-

dico reformado, e assim dificultam a expedição das cartas de “cirurgião formado”, ficando, com isto, os estudantes obrigados a requererem às autoridades reinóis.

Estava ilaqueada a reforma.

Os cirurgiões portugueses não viam com bons olhos a ascensão cultural da Colônia, e não queriam permitir que a velha Coimbra ficasse igualada às escolas do Rio e da Bahia, ou mesmo por elas superada. Pois a êles é que se ligava o velho *Picanço*, com a vaidade ferida.

Êste conflito triste para a memória do grande brasileiro, só foi totalmente resolvido após a nossa Independência, isto é, pelo decreto de 9 de setembro de 1826, que concedia autonomia às escolas, no tocante à concessão de cartas a médicos e cirurgiões. Êste ato foi immortalizado em uma tela célebre da autoria de *Pôrto Alegre*, então acadêmico de medicina, ainda existente na Faculdade Nacional de Medicina.

Passando a residir no Rio de Janeiro, nesta cidade permaneceu *José Correia Picanço* clinicando e socorrendo os pobres. Em 1812 publica o seu único trabalho conhecido: “Ensaio sôbre o perigo das sepulturas nas cidades”, em que condena o costume dos enterramentos nas igrejas. Sempre vivera bafejado pelos favores do Príncipe Regente, que acabou lhe tendo muita gratidão pela incansável dedicação com que assistia a velha Rainha, na sua longa enfermidade. Seu devotamento à D. Maria I foi tão grande que, conta um historiador, por ocasião do seu falecimento, em 1816, êle, septuagenário, apresentou-se a D. João VI, com o diploma de Cirurgião da Real Câmara, dizendo-lhe que resignava o cargo e lhe entregava aquele título, porque não no convinha conservar se proveitoso não fôra para o que êle mais desejara que o fôsse. O soberano, em resposta, concede-lhe uma pensão vitalícia, extensiva à sua filha, Isabel Felisberta Brachot Picanço.

Parteiro exímio, dizem os cronistas, que foi êle o primeiro a realizar entre nós a operação cesariana, em uma negra escrava, quando de sua estada em Recife, em 1817. Acrescenta o referido cronista que esta operação foi coroada de completo êxito.

Em 1819 é êle ainda que preside ao parto de D. Leopoldina, por ocasião do nascimento de D. Maria da Glória, sendo agraciado com o título de Barão de Goiana, em 26 de março de 1821.

Em 22 de janeiro de 1823, D. Pedro, já Imperador do Brasil, confere-lhe as honras de grandeza.

A 20 de outubro desse mesmo ano (3) extinguiu-se na Capital do Império, contando 78 anos de idade, *José Correia Picanço*, professor jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade de

(3). — A data exata de sua morte é ponto contravertido. Inocêncio afirma o falecimento em 18 de setembro de 1826; Maximiano Lemos, baseado em dados históricos de certo valor, dá como certo o ano de 1824. Nós, porém, admitimos como mais provável a data mencionada por Antônio Joaquim de Melo.

Coimbra, Cirurgião Mor do Reino, Primeiro Cirurgião da Real Câmara, Membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, Cavaleiro Professo, Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro e Comendador Honorário da Torre e Espada, Fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Majestade, e Primeiro Barão de Goiana.

Mas, para a posteridade, o grande título que ficou, aquêle que maior grandeza lhe deu e que immortalizou o seu nome, foi o de fundador do ensino médico no Brasil, e, para atestar a gratidão da primeira Escola por êle fundada, está gravada nos muros do salão nobre da vetusta e tradicional Faculdade de Medicina da Bahia a effigie do grande brasileiro, em sinal de reconhecimento pela sua fecunda iniciativa.

**ORDIVAL CASSIANO GOMES**

Do Instituto Brasileiro de História da Medicina  
e da Sociedade Paulista de História  
da Medicina.

**BIBLIOGRAFIA**

- ABREU (Eduardo de). — A Fiscatura mor e o Cirurgião mor dos Exércitos do Reino de Portugal e Estados do Brasil — Rev. do Inst. Hist. Geog. Bras. Tomo XLIII, Parte I, 1901.
- ANCHIETA (José de). — Cartas — Publ. da Acad. Bras. de Letras — Rio — 1932.
- AZEVEDO (Moreira de). — Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro — Noticia Histórica — Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. — Tomo XXX — Parte II — 1867.
- AUSTREGÉSILO (A.). — Esboço Histórico da Medicina no Brasil in Medicina no Brasil, organizada por Leonídio Ribeiro.
- BRITO (Rocha). — Aspectos do Brasil Médico — Brasília, Vol. II — 1933.
- CALMON (Pedro). — O Rei do Brasil (Vida de D. João VI) — Col. Bras. — S. Paulo — 1935.
- CALMON (Pedro). — História do Brasil — Vols. I, II, III, IV — S. Paulo — Col. Bras. Comp. Edit. Nac. 1939-1941-1943-1947.
- CARVALHO (Silva). — História da Medicina Portuguesa — Expos. Port. Sevilha, s/d.
- CUNHA (Euclides). — A Margem da História — Lelo & Irmão Ed. — Porto — s/d.
- DIVERSOS (Jesuitas). — Cartas avulsas — Publ. Acad. Bras. Letras — Rio — 1931.
- FREIRE (Oscar). — Evolução da Medicina no Brasil (Ligeiro esboço) — O Estado de São Paulo — Ed. Centenário — Set. 1922.
- FONSECA (A.). — Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1891 — Bahia — 1893.
- HANDELMANN (H.). — História do Brasil — Trad. Port. do Inst. Hist. Geogr. Bras. — Rio — 1931.
- LEITE (Serafim). — História da Companhia de Jesús no Brasil — Tomos I e II — Lisboa. 1938.

- LEITE (Serafim). — Novas Cartas Jesuíticas — Col. Bras. — Comp. Edit. Nac. — S. Paulo — 1940.
- LEMOS (Maximiano). — História da Medicina em Portugal — Lisboa — 1889.
- LIMA (Oliveira). — D. João VI no Brasil — Livr. J. Olimpio Ed. — Rio — 1945.
- LUCOCK (J.) — Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. — Liv. Martins Ed. — S. Paulo — 1942.
- MACHADO (Alcântara). — Vida e Morte do Bandeirante — Liv. Martins — S. Paulo — 1942.
- MAGALHÃES (Fernando). — Centenário da Faculdade do Rio de Janeiro — Rio — 1932.
- MELO (Antônio Joaquim de). — Biografias — José Correia Picanço et alt. — Recife — 1893.
- MOLL (Aristides). — Aesculapius in Latin America — W. B. Sanders — Comp. Ed. — 1944.
- MONIZ (Gonçalo). — Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1924 — Bahia — 1940.
- NASCIMENTO (Alfredo). — Quatro séculos de medicina no Brasil — Jornal do Comércio — Rio 1-10-1927 — Ed. Centenário.
- NASCIMENTO (Alfredo). — Faculdades de Medicina — Sep. dos Anais do 3.º Congr. de Hist. Nac. — 1942.
- NÓBREGA (Manoel). — Cartas do Brasil — Publ. da Ac. Bras. de Letras — Rio — 1931.
- NOVIS (Aristides). — Medicina na Bahia — In Medicina no Brasil, organizada por Leonídio Ribeiro — Rio — 1940.
- PORTO SEGURO (Visc. de). — História Geral do Brasil — Tomo V — Ed. Comp. Melhoramentos de S. Paulo — 1936.
- PRADO (J. F. de Almeida). — A Bahia e as Capitâneas do Centro do Brasil — 1530 a 1626 — Tomos I e II — Col. Bras. — Comp. Edit. Nac. — S. Paulo — 1945-1948.
- REIS (Alvaro de Souza). — Literatura Médica Brasileira (Subsídios) — Rev. Inst. Hist. Geog. Brasileiro — 1928.
- REIS (Artur César Ferreira). — A conquista espiritual da Amazônia — S. Paulo — s/d.
- RIBEIRO (João). — História do Brasil — Liv. Franc. Alves Edit. — 1928.
- SANTOS FILHO (Licurgo dos). — História da Medicina no Brasil — Tomos I e II — Ed. Brasiliense — S. Paulo. 1947.
- SENA (Lúcio). — Médicos mineiros — Agir Ed. — Rio — 1947.
- SOUZA (Gabriel Soares de). — Tratado Descritivo do Brasil — 1587 — Col. Brasiliana — 3.ª ed. — Comp. Edit. Nac. — S. Paulo — 1938.